

## **AS PARCERIAS PÚBLICO PRIVADAS NAS ESCOLAS DE ENSINO MÉDIO EM TEMPO INTEGRAL NO RIO GRANDE DO SUL E SEU IMPACTO PARA A ESCOLA COMO UM ESPAÇO DEMOCRÁTICO**

CARMEN BEATRIZ LÜBKE ÜCKER<sup>1</sup>; VALDELAINE MENDES<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Secretaria da Educação do Rio Grande do Sul (SEDUC/RS) – [bia.lubke@gmail.com](mailto:bia.lubke@gmail.com)

<sup>2</sup>Universidade Federal de Pelotas – [valdelainemendes@outlook.com](mailto:valdelainemendes@outlook.com)

### **1. INTRODUÇÃO**

O presente texto é parte do projeto de tese que busca abordar a parceria público-privada estabelecida entre a Secretaria da Educação do estado do Rio Grande do Sul - SEDUC/RS e o Instituto de Corresponsabilidade pela Educação - ICE através da gestão do governador Eduardo Leite (PSDB) para o atendimento das escolas estaduais de ensino médio em tempo integral aliado ao processo de implementação do Novo Ensino Médio Gaúcho. O ICE inicia sua atuação no estado de Pernambuco e vem desenvolvendo a sua ampliação através do desenvolvimento da Escola da Escolha, pautada no projeto de vida dos estudantes.

Dentro desta perspectiva pretende-se compreender como essa parceria tem impactado o ambiente escolar, modificando as relações de trabalho, contribuindo para o acirramento do processo de precarização do trabalho docente, em virtude das metas estabelecidas por esta instituição e do aumento significativo do trabalho burocrático realizado dentro das escolas de ensino médio em tempo integral. Para além disso, assim como, o novo ensino médio gaúcho, está PPP também atua no processo de diminuição da carga horária dos componentes curriculares pertencentes a área de conhecimento das ciências humanas e sociais aplicadas.

É importante salientar que o Novo Ensino Médio Gaúcho está diretamente ligado à metodologia de ensino do ICE no trabalho que vem sendo realizado nas escolas de ensino médio em tempo integral. Este instituto se apresenta como uma organização sem fins lucrativos, mas conta com um conglomerado de empresas como investidores. Essas empresas também estavam por trás da contrarreforma do ensino médio. O Itaú - Educação e Trabalho e o Instituto Natura (informado como uma parceria estratégica do ICE no site do instituto) figuram entre as

empresas que contribuíram para a aprovação dessa reforma e atuam como parceiros na implementação do Novo Ensino Médio Gaúcho e do ICE. Para tanto, esta pesquisa utilizará como aporte teórico o materialismo histórico-dialético presente em Marx, por entender que este método teórico nos permite estudar os processos históricos que desencadearam as referidas mudanças nas políticas educacionais vigentes no Rio Grande do Sul.

## 2. METODOLOGIA

Esta pesquisa qualitativa busca, a partir da realização de entrevistas semiestruturadas com professores que atuam nas escolas de EMTI, entender sob o olhar desses docentes, principalmente, os da área de conhecimento das ciências humanas e suas tecnologias, como está sendo este processo de implementação desta PPP e do novo ensino médio gaúcho, e, como adoção dessas políticas educacionais vêm afetando o seu trabalho e as relações que se estabelecem dentro das escolas, assim como, o impacto para a constituição do ambiente escolar como um espaço democrático e de livre circulação de saberes.

Para tanto, serão realizadas entrevistas semiestruturadas com os professores que atuam nas escolas atendidas pela 5ª CRE, priorizando as escolas que pertencem ao município de Pelotas e suas proximidades. Após a realização das entrevistas, elas serão transcritas e submetidas a análise de conteúdo a partir do que preconiza BARDIN (1977).

Para complementar os dados coletados nas entrevistas, também serão analisados os materiais de apoio e formação ofertados pelo ICE, que podem ser acessados no site do instituto; o material produzido pela SEDUC/RS em parceria com a Fundação Itaú para Educação e Cultura - Itaú Educação e Trabalho e o Instituto longo como material de apoio ao professor para o trabalho com as trilhas de aprofundamento do novo ensino médio gaúcho e os documentos orientadores disponibilizados na página da SEDUC/RS, na aba Informações/Gestão Pedagógica. A análise desses documentos se faz necessária para compreender a metodologia de ensino utilizada pelo ICE e no Novo Ensino Médio Gaúcho e seus principais eixos formativos. Assim como, nos ajuda entender como a escola é pensada a partir desses documentos que são encaminhados para os educandários e tem norteado o trabalho pedagógico e administrativo das escolas de ensino médio em tempo integral.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esta pesquisa, até o momento, encontra-se na sua fase exploratória. Mas já podemos tecer alguns apontamentos. Inicialmente, é importante ressaltar que a privatização da escola pública aqui é entendida como o processo de transferência da “direção e execução das políticas sociais do poder público para o privado”. (PERONI; MENDES; CAETANO, 2021, p. 3).

Para PIRES; PERONI (2019, p.13) “a escola tem papel fundamental na construção da democracia, é um espaço de aprendizagem da coletivização das decisões, da relação representante/representado, da diversidade, do respeito ao outro”. A inserção do ICE na escola nos impõe a meritocracia entre os alunos, a individualização dos fracassos em relação ao desenvolvimento das aprendizagens.

Quando a parceria público-privada se estabelece, a escola continua sendo pública, mas as decisões são tomadas fora daquele espaço, as metas de aprovação e que aprendizagem se torna relevante e deve ser considerada são estabelecidas pelo setor privado, que invade as escolas e monitora os trabalhadores em educação a fim de fiscalizar se suas normas e novas condutas estão sendo postas em prática. (PIRES; PERONI, 2019). E, conseqüentemente, a escola deixa de ser democrática e passa a servir aos interesses do capital financeiro que investe nas PPPs. “O cidadão não é mais visto como um sujeito de direito, mas sim como um cliente que consome serviços públicos.” (ROSSI; LUMERTZ; PIRES, 2017, p. 563). Dentro dessa perspectiva, a PPP configura a transferência da execução de um serviço que deveria ser exercido pelo Estado para a iniciativa privada, através da qual o estado passa a ser o órgão regulador e fiscalizador. (FERNANDEZ; ROSA; CARRARO. et al; 2019, p. 392).

### 4. CONCLUSÕES

Por hora, tecemos algumas considerações finais sobre o exposto até aqui. Podemos perceber que as parcerias público-privadas intervêm de maneira sistemática no exercício da gestão democrática e vem, conseqüentemente, modificando as relações de trabalho dentro das escolas de ensino médio em tempo integral. Dentro dessa nova realidade que nos é imposta, os educandários passam a ser vistos como uma organização empresarial responsável meramente pela prestação de serviços (FREITAS, 2018).

Para além disso, o ICE introduz nas escolas uma gestão gerencialista e retira dos docentes, das direções e das coordenações pedagógicas a sua autonomia. Assim como, a escola deixa de ser um espaço público de diálogo, escuta ativa, análise, deliberação e tomada de decisões coletivas. Os professores, coordenação pedagógica e direções passam a ser apenas cumpridores de tarefas, buscando responder às demandas impostas pela PPP. Configurando uma grave delimitação da escola como um espaço democrático, como preconiza o documento final elaborado pela Conferência Nacional de Educação (CONAE/2024).

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Plano Nacional de Educação (2024 - 2034). Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/conferencias/conae-2024/documento-referencia.pdf> Acesso em: 30 mar. 2024.

FERNANDEZ, R. N.; ROSA, T.C. da.; CARRARO, A.; et al. Parcerias público-privadas: uma alternativa para a educação brasileira. *Planejamento e Políticas Públicas*, n. 52, p. 389 - 408, jan./jun. 2019.

FREITAS, Luiz C. de. *A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias*. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

PERONI; Vera M. V.; MENDES, Valdelaine; CAETANO, Maria R. O empreendedorismo como referência de um projeto educacional privado para a educação pública do Rio Grande do Sul. *Cadernos de Educação*, n. 65, p. 1-18, 2021.

PIRES, Daniela de O.; PERONI, Vera M.V. Apresentação. *Revista Práxis Educacional*, Bahia, v. 15, n. 31, p. 13-15, jan./mar. 2019.

ROSSI, José A.; LUMERTZ, Juliana; PIRES, Daniela de O. As parcerias público-privadas na educação: cerceando autonomia e gestão democrática. *Revista Retratos da Escola*, Brasília, v. 11, n. 21, p. 557-570, jul./dez. 2017.